

Um choque de gestão na educação

» MOZART NEVES RAMOS

Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira da USP de Ribeirão Preto e professor emérito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPEO)

No último mês de agosto, o Ministério da Educação divulgou os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2023 — o indicador que mede a qualidade da educação brasileira, conforme a Meta 7 do Plano Nacional de Educação (2014-2025). Esse indicador incorpora no seu cálculo dois fatores: a proficiência escolar em língua portuguesa e em matemática, proveniente do exame do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), e a taxa de aprovação. Assim, para cada etapa escolar — anos iniciais e finais do ensino fundamental (EF) e ensino médio (EM) — é possível atribuir um IDEB, como resultado da multiplicação desses dois fatores, para as redes de ensino e escolas de todo o Brasil.

Após a pandemia, o país iniciou uma grande cruzada para aquilo que ainda está sendo chamado de recomposição da aprendizagem, face aos impactos negativos no desempenho escolar, em particular das crianças em processo de alfabetização e dos anos iniciais do ensino fundamental. Apesar desse esforço, os resultados do SAEB, para as três etapas avaliadas, revelam que o país está literalmente estagnado na educação — olhando a média Brasil. Sobre esse tópico, recomendo a leitura do artigo Os grandes estão derubando a educação, escrito pela Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos pela Educação, na *Folha de São Paulo*, de 25 de agosto. Esse artigo traz um novo olhar do que chamei de estagnação.

É verdade que melhoramos em relação a 2021, especialmente para os anos iniciais. Todavia, não foi nada que nos permitisse retornar a 2019. Senão, vejamos: as proficiências médias no SAEB em língua portuguesa no 5º ano do EF foram 214,64, 208,09 e 213,89 para os anos de 2019, 2021 e 2023, respectivamente; as proficiências em matemática foram 227,88, 216,92 e 224,83 para os respectivos anos de 2019, 2021 e 2023. Como podemos constatar, ainda não retornamos aos resultados de 2019 de antes da pandemia, que já eram pífios. É preciso um choque de gestão na educação. Se continuarmos a fazer mais do mesmo, não vamos sair do lugar, enquanto os países desenvolvidos já estão em voo de cruzeiro. O Ideb revela ainda a enorme desigualdade educacional em nosso país, que está literalmente dividido: Sul/Sudeste e Norte/Nordeste. Mas isso não é de agora.



A resposta para melhorar a educação do Norte/Nordeste possivelmente venha da própria região. Falar do sucesso de Sobral e do Ceará é chover no molhado”. Os estados do Piauí, Pernambuco e Alagoas são destaques na região em algumas etapas escolares — não em todas. Outro exemplo: as 21 escolas que tiraram nota 10 no IDEB são todas do Nordeste (15 do Ceará, cinco de Alagoas e uma de Pernambuco), e todas do interior desses estados. Um exemplo até certo ponto inovador vem da região oeste do Maranhão. Lá, foi constituído um regime de colaboração intermunicipal envolvendo alguns municípios em torno de Açailândia, no contexto dos chamados Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADE), seguindo orientação do Plano

Nacional de Educação — artigo 7º, inciso 7º. Uma região relativamente pobre do ponto de vista socioeconômico, mas que se juntou para vencer as próprias dificuldades. Vou aqui dar os resultados do Ideb de 2021 e 2023 de alguns desses municípios: Açailândia saiu de 4,6 para 5,5; Bom Jesus das Selvas, de 4,3 para 5,1; Itinga, de 4,2 para 5,1; São Francisco do Brejão, de 4,0 para 4,8; e assim vai.

Por outro lado, fica também no Nordeste brasileiro o estado de pior resultado do Ideb nas três etapas escolares — anos iniciais e finais dos ensinos Fundamental e Médio. Trata-se do Rio Grande do Norte, acompanhado de perto pelos estados de Sergipe e Bahia. A desigualdade existe dentro do próprio Nordeste!

Mas a grande novidade positiva desta edição do Ideb veio do estado do Pará, que, historicamente, sempre ocupava as últimas posições. Desta vez, o estado deu um verdadeiro “salto quântico”. Encostou entre os primeiros do ranking nacional do ensino médio.

Por fim, quando falo em choque de gestão, é no sentido de começar a fazer diferente, pois fazer mais do mesmo não vai adiantar. E não são coisas mirabolantes, que custam muito dinheiro. São coisas simples, como ouvir quem está fazendo a mudança acontecer e aprender com eles. Outra iniciativa no âmbito da gestão é colocar em prática o regime de colaboração, especialmente entre municípios pequenos, que não são muitas vezes “enxergados” na esfera federal, como estão fazendo aqueles do oeste do Maranhão. Vejo também nas parcerias públicas e privadas, as chamadas PPPs, um caminho estratégico para melhorar os resultados educacionais. Isso já vem acontecendo com sucesso na oferta de vagas em creches, mas há espaço para crescimento em outros setores educacionais.

Não se trata apenas de colocar mais dinheiro na educação — algo que, de fato, o Brasil ainda precisa caso queira um dia chegar próximo aos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e fazer uma comparação justa no exame do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Termino usando uma expressão que já está ficando comum nos meus artigos: o Brasil pode aprender com o Brasil, ou, ainda, o Nordeste pode aprender com o Nordeste.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Superpopulação

Na década de 1960, o cientista behaviorista e etologista americano John B. Calhoun (1917-1995) decidiu criar em laboratório, o que seria sua visão de um mundo superpopuloso. Era a sua versão pessoal do que seria um mini-apocalipse, a partir do que acontece quando uma população tem tudo o que necessita para viver. O experimento foi chamado de Universo 25. Para tanto, ele criou um determinado espaço de 2,7 x 2,7m, denominado Universos de camundongos, onde ratos e camundongos viveriam num mundo ideal, com comida e água à vontade, temperatura ideal, centena de filhos e ausência de predadores. Seria como uma utopia de ratos.

Formado, inicialmente, por quatro casais de camundongos, a população passou a dobrar de tamanho a cada dois meses. Quando o experimento alcançou a marca de 620 ratos, os problemas surgiram de todos os lados. A escassez de espaço acelerava o desmoronamento dessa sociedade. Incapazes de encontrar seu lugar dentro dessa hierarquia, os ratos mais jovens se tornaram desajustados. As fêmeas solteiras se isolaram, como ermitãs, nos ninhos mais altos, evitando a todo o custo o acasalamento. Nessa sociedade superpopulosa, os machos alfa se tornaram excessivamente agressivos, chegando ao canibalismo. Outros machos passaram a exibir um comportamento de apatia profunda, comendo, bebendo e se cuidando, alheios ao mundo em redor. As mães, oprimidas pelo estresse da superpopulação, pararam de cuidar das crias, abandonando-as ou atacando cada uma delas. Com isso, a mortalidade infantil chegou a atingir cifras de 96% em algumas áreas do experimento. Mesmo havendo espaço para 3.840 camundongos, a cidade utópica dos ratos ficou estagnada em 2.200 indivíduos.

A partir desse ponto (600 dias de experimento), a comunidade de ratos entrou naquilo que o cientista chamou de ralo comportamental, com os animais deixando de cuidar de si e de suas crias e cessando por completo de interagir normalmente. De certa forma, esse experimento já era previsível conforme o que dizia o economista inglês Thomas Malthus (1766-1834) em *Um ensaio sobre o princípio da população*. Para Calhoun, o experimento serviu como uma advertência sobre a questão da superpopulação terrestre, mostrando que, mesmo satisfeitas todas as necessidades, haveria, nesse caso, uma “morte do espírito”.

Na mesma década de 1960, 30 cientistas visionários de 10 países, liderados por cientistas do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), reuniram-se na Itália para debater e estudar o futuro da humanidade e, mais precisamente, a questão do vertiginoso crescimento populacional e suas consequências para o planeta. O grupo daria origem ao famoso Clube de Roma, que passaria a buscar soluções socioambientais para o fenômeno da superpopulação. A esse grupo foram submetidos problemas como a explosão demográfica e a pressão sobre os recursos naturais e serviços básicos, a poluição, o desmatamento e a perda de biodiversidade, escassez de recursos naturais como a água, energia e outros, e a disparidade entre ricos e pobres que se ampliaria muito, provocando conflitos de toda a ordem. De acordo com eles, era preciso acionar um alarme mundial para chamar a atenção para a necessidade urgente de mudança de modelo de desenvolvimento em âmbito global, estimulando debates em busca de soluções sustentáveis.

Em 1972, o Clube de Roma publicou seu mais sério relatório, que viria a se transformar em livro de grande sucesso: *Os limites do crescimento*. À frente da obra, estava o cientista Dennis Meadows, que utilizou um modelo computacional para fazer análises de interação entre a população, recursos naturais, produção industrial e meio ambiente. Os resultados mostraram que, se a população continuasse no mesmo ritmo de crescimento, os recursos naturais se esgotariam rapidamente, levando o mundo a uma crise sem precedentes.

Diante dessa ameaça, os cientistas alertaram para a necessidade de mudança de paradigma, com a introdução global de novos modelos de desenvolvimento e de políticas que visassem a diminuição da poluição. Em 1970, a população mundial era de 3,7 bilhões de habitantes. De lá para cá, a população aumentou para 8,2 bilhões de indivíduos, duas vezes e meia a mais. Naquela ocasião não havia ainda o fator aquecimento global e sua consequência, a mudança climática, que entrou nessa equação de população versus recursos naturais para complicar ainda mais o problema relativo à sobrevivência da espécie humana. Toda essa situação se torna ainda mais bizarra quando se prevê que, nas próximas décadas, a população global deverá atingir 10,3 bilhões de pessoas. Somente a partir de 2080 é que poderá haver uma diminuição gradual da população global. Devemos torcer para que essa diminuição populacional não seja provocada diretamente por ação do próprio planeta, incomodado com a atuação desses carrapatos humanos sobre sua crosta.

»A frase que foi pronunciada:

“A questão real não é o excesso populacional, mas as ações da população.”

Amit Kalantri

»História de Brasília

Diversos altos funcionários do Ministério da Fazenda, que residem no Rio, pediram os atrasados da “dobradinha” desde janeiro último. (Publicada em 17/4/1962)

Fogo e fumaça: país não pode ser tolerante a incêndios

» ADALBERTO LUIS VAL

Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e vice-presidente regional Norte da Academia Brasileira de Ciências

» TIAGO DA MOTA E SILVA

Jornalista, doutor em comunicação e semiótica e pesquisador bolsista do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre a Adaptação da Biota Aquática da Amazônia

O Brasil está em chamas, e o nosso céu está coberto de fumaça. Somente de 19 a 23 de agosto, houve um aumento significativo nos registros de focos de incêndio em várias regiões do país: um crescimento de 338% no estado de São Paulo e de 236% em Mato Grosso, de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas (INPE). Ao longo do mês, o estado do Amazonas também enfrentou um aumento considerável nas queimadas, com mais de 7 mil focos de calor, comparados aos 4 mil de agosto do ano passado. O problema também atinge o Distrito Federal. Esses recordes consecutivos de incêndios pelo país exigem uma resposta energética das instituições brasileiras, uma verdadeira postura de intolerância em relação ao fogo.

As consequências da fumaça para a saúde humana são evidentes, mas, por vezes, o óbvio precisa ser reiterado. Dados de saúde pública indicam que entre 2009 e 2019, mais de 1,5 milhão de hospitalizações foram causadas por afecções respiratórias resultantes dos incêndios na Amazônia. Contudo, os efeitos negativos não se limitam ao ar; estudos têm mostrado impactos adversos da fumaça também na qualidade da água.

Por exemplo, um monitoramento realizado na bacia do rio Kananaskis, no Canadá, ao longo de 18 anos, revelou uma deterioração na qualidade da água devido à fumaça, mesmo em corpos d’água distantes dos focos de incêndio. Revisões de literatura têm demonstrado que o fogo e a fumaça causam alterações na água e em suas características físico-químicas, incluindo aumento da temperatura e diminuição do oxigênio dissolvido, o que pode provocar efeitos negativos de longo prazo na biodiversidade local e no abastecimento de água potável para a população.

Para evitar que meses, como agosto, se tornem recorrentes, é fundamental entender que o recorde de queimadas, assim como as mudanças climáticas, é uma consequência das ações humanas. O aumento das temperaturas médias globais intensifica as secas, que, por sua vez, facilitam a propagação do fogo. Um estudo que monitorou uma área no Parque Nacional do Jaú, no Amazonas, identificou que a grande maioria dos incêndios ocorridos na região ao longo de 35 anos está associada ao El Niño, fenômeno de aquecimento do Oceano Pacífico que reduz o índice de chuvas na

Amazônia Ocidental, resultando em secas severas. Em períodos de clima mais seco, os incêndios iniciados por ação humana se espalham facilmente e ganham grandes proporções. O aquecimento global tem agravado a frequência e a intensidade dos eventos de El Niño, levando a secas consecutivas em intervalos cada vez mais curtos, de aproximadamente cinco anos entre uma e outra — consequentemente, também cresce a frequência e a intensidade de incêndios.

Há um risco iminente de que megaincêndios se tornem uma triste rotina no Brasil. Para enfrentá-lo, o país precisa aplicar uma política rigorosa no manejo do fogo pela agropecuária e coibir incêndios criminosos. Somado a isso, é necessário avançar em uma política climática robusta, com medidas de conservação, de recuperação de áreas degradadas e de monitoramento, sobretudo na Amazônia e no Pantanal, para reduzir impactos do fogo e propiciar a resiliência dos ecossistemas contra esses eventos de queimadas e secas. Acordar pela manhã com o céu escurecido por fumaça e fuligem não pode se tornar o “novo normal” do povo brasileiro.